

DINÂMICAS TRANSFRONTEIRIÇAS E O AVANÇO DA VIOLÊNCIA NA FRONTEIRA SUL-MATO-GROSSENSE

Maria Nunes¹

1 INTRODUÇÃO

O avanço da violência na fronteira do Mato Grosso do Sul deve-se às dinâmicas ilícitas vinculadas à formação da conexão fronteiriça Brasil-Paraguai-Bolívia. Nesse contexto, em face de sua extensa linha de fronteira internacional, o estado de Mato Grosso do Sul desempenha um papel importante no elo das dinâmicas fronteiriças que aprimoram essa conexão.

A fronteira internacional, enquanto papel no território nacional, possui uma carga maior de vulnerabilidade que outras partes do território nacional. O espaço fronteiriço é palco de confrontos de realidades diferentes que dinamizam as dinâmicas transfronteiriças. Além da possibilidade dos contatos e do aprimoramento da integração entre os países, a linha de fronteira aprimora as dinâmicas ilícitas que atribuem uma carga maior de vulnerabilidade do ponto de vista da segurança.

A fronteira internacional sempre foi considerada uma região vulnerável. Já nas primeiras décadas do século XX, Turner (1920) retratou a fronteira como o lugar da barbárie. Na contemporaneidade, a concepção do autor possui contornos próprios, dadas as dinâmicas ilícitas transfronteiriças atuais: o contrabando, o tráfico de drogas e de armas de fogo e munições. Sendo que a repercussão desses fluxos nos centros urbanos tem ocasionado a violência como um novo fenômeno social.²

Assim, este ensaio busca identificar alguns aspectos que dinamizam o avanço da violência na fronteira internacional do Mato Grosso do Sul. Como procedimento metodológico, adotou-se como parâmetro de análise as taxas de homicídios relativos ao período de 2010 a 2014. As bases de dados utilizados foram os registros dos óbitos por causa externa, do grupo de mortalidade por agressões por unidade municipal. As fontes de dados utilizadas foram o registro dos óbitos do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) do Datasus e os indicadores demográficos e socioeconômicos disponíveis no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

1. Bolsista no subprograma de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD), desenvolvido na Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais (Dirur) do Ipea.

2. O tráfico e o consumo de drogas foram apontados em uma pesquisa de opinião pública realizada pelo Senado Federal, em 2007, como uma das causas da violência no Brasil.

2 O AVANÇO DA VIOLÊNCIA E OS DESAFIOS PARA A FRONTEIRA INTERNACIONAL

A percepção do avanço da violência no recorte da fronteira do Mato Grosso do Sul tem sido observada por meio das elevadas taxas de homicídios, que, para Minayo (1994), a mortalidade por homicídios tem sido considerada um indicador significativo da violência social. Há outros indicadores que influenciam no avanço e no aumento da violência, como as desigualdades sociais e econômicas. Tanto que a vulnerabilidade econômica e social tem sido apontada por especialistas como “(...) causadoras gerais de conflitos e violência” (Brasil, 2015, p.16). Constam ainda do quadro que fomenta a violência no recorte fronteiriço a retração do Estado e o papel dele na formulação de políticas públicas efetivas.

No que tange à retração do Estado e de sua presença nos recortes fronteiriços brasileiros, basta observar o relatório do Tribunal de Contas da União (TCU) que, entre outros aspectos, levanta que não há uma política de Estado “para delinear a atuação governamental na região de fronteira” e que “a ausência de institucionalização concorre para que várias fragilidades prevaleçam” (Brasil, 2014, p.5). Como levantado no documento, o que se tem disponível em termos de políticas públicas nas áreas das fronteiras brasileiras atualmente são ações do executivo, sem a legitimidade formal do Congresso Nacional (Brasil, 2014).

O desinteresse do Congresso Nacional brasileiro acerca dos fluxos transfronteiriços não se deve ao desconhecimento do tema. O Congresso Nacional já realizou relevantes levantamentos que envolveram a temática fronteiriça e seus fluxos, a exemplo das Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) do narcotráfico (2000), CPI do tráfico de armas (2006) e na CPI da Violência Urbana (2010). Entre outras questões levantadas nesses relatórios, estão os rebatimentos dos fluxos ilícitos transfronteiriços na escalada da violência urbana no Brasil.

A identificação de agentes públicos nas redes criminosas foi uma das características mais marcantes nos levantamentos da CPI do narcotráfico (2000), cujo resultado levou ao indiciamento de mais de oitocentas pessoas. A composição da lista de indiciados da CPI do narcotráfico alcançou em cheio a instância estatal brasileira: de políticos, policiais, militares, entre outros agentes públicos, e suas relações e práticas de crimes relacionados com o narcotráfico. Entre as várias situações em que envolviam agentes públicos em crimes transnacionais destacado na CPI do narcotráfico, estava o uso de aviões oficiais que eram usados para transportar drogas ilícitas para países europeus.

Sobre o tema da corrupção de agentes públicos, o senador paraguaio Roberto Acevedo³ é enfático ao afirmar que, para as redes do narcotráfico e do contrabando prosperarem, há a necessidade de um aporte de poder que só é possível com a corrupção de políticos, juízes, policiais e de outros agentes decisivos no estabelecimento do crime organizado. Para o entrevistado, a lógica financeira produzida pelos fluxos ilícitos tem capacidade de arremetimento de agentes públicos para a prática de crimes transfronteiriços.

Por outro lado, quando o Estado não disponibiliza mecanismos de controle de seu sistema financeiro para impedir a inserção do dinheiro auferido nas atividades criminosas em sua economia formal, colabora na ampliação e na manutenção da prática de crimes transnacionais. São várias as evidências de que o dinheiro dos ilícitos transfronteiriços retorna à economia formal brasileira. Uma das evidências da lavagem de dinheiro nos meios financeiros brasileiro deve-se ao surgimento de termos como “narcosoja” e “narcoboi”, difundidos nos

3. Entrevista ao Programa Câmara Record: Fronteiras sem Lei, em 10 jan. 2011.

meios jurídicos e na mídia brasileira, em alusão ao “narcodoláres”, termo muito conhecido no espectro da lavagem de dinheiro do narcotráfico.

Sobre a lavagem de dinheiro do lado paraguaio, o senador paraguaio Acevedo⁴ levanta que Pedro Juan Caballero é um paraíso fiscal para traficantes paraguaios e brasileiros, haja vista a quantidade de casas de câmbio em operação na cidade. Para ele, o grande número de financeiras em operação nesse ponto da fronteira tem como papel principal lavar o dinheiro das atividades ilícitas transfronteiriças, sobretudo do tráfico de drogas.

Além dos aspectos levantados que fomentam as redes ilícitas e suas disputas pelos fluxos que favorecem o quadro de violência no recorte fronteiriço elencado, há outros aspectos importantes, como a posição geográfica de Mato Grosso do Sul e sua rede de rodovias, que favorecem a conexão com os principais centros urbanos brasileiros, portos e aeroportos, principais meios usados pelo narcotráfico para acessar os mais expressivos mercados de drogas do mundo. Há, também, a quantidade de centros urbanos brasileiros que se conurbam com centros urbanos do Paraguai e da Bolívia. Essas conurbações são denominadas de cidades-gêmeas pelo Ministério da Integração Nacional (MI), na Portaria nº 213, de 19 de julho de 2016.⁵ A Portaria relaciona sete cidades-gêmeas⁶ na fronteira do Mato Grosso do Sul.

Essas estruturas urbanas têm como características favorecer e ampliar os deslocamentos diários de pessoas e produtos entre os países. Contudo, esse movimento de pessoas e produtos também favorece a realização das atividades ilícitas nos pontos da fronteira, pois tais fluxos acompanham os roteiros comuns dos deslocamentos gerais. Tanto que o levantamento do Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social de Fronteira (Idesf) coloca que o contrabando, notadamente o de cigarros, e o tráfico de drogas e armas têm andado de mãos dadas pelas estradas brasileiras (Idesf, 2015). E são as disputas das organizações criminosas pelo domínio desses pontos que visam à manutenção dessas rotas usadas pelos fluxos ilícitos e que fomentam a violência em determinados pontos da fronteira.

Ainda em se tratando da logística dos fluxos ilícitos transfronteiriços, a CPI da Violência Urbana identificou na fronteira internacional brasileira dezoito pontos como os principais corredores do tráfico de armas e drogas. Dos dezoito pontos mapeados, sete rotas situam-se na linha de fronteira sul-mato-grossense (CPI da Violência Urbana). Os municípios apontados como corredores de tráfico de drogas e armas foram: Corumbá, Bela Vista, Ponta Porã, Coronel Sapucaia, Paranhos, Sete Quedas e Mundo Novo. Dos municípios relacionados, somente Corumbá forma conurbação com município boliviano.

A quantidade de conurbações urbanas com o Paraguai tem um papel importante na consolidação de rotas do tráfico de drogas de origem paraguaia, pois o país configura-se como um grande produtor e abastecedor de maconha para os países do Cone Sul (Jife, 2014).⁷

4. Entrevista ao Programa Câmera Record: Fronteiras sem Lei, em 10 jan. 2011.

5. São consideradas cidades-gêmeas os municípios cortados pela linha de fronteira, seja essa seca ou fluvial, articulada ou não por obra de infraestrutura, que apresentem grande potencial de integração econômica e cultural, podendo ou não apresentar uma conurbação ou semiconurbação com uma localidade do país vizinho, assim como manifestações “condensadas” dos problemas característicos da fronteira, que aí adquirem maior densidade, com efeitos diretos sobre o desenvolvimento regional e a cidadania (Brasil, 2016).

6. Bela Vista (Mato Grosso do Sul) – Bella vista Norte (Paraguai); Coronel Sapucaia (Mato Grosso do Sul) – Capitán Bado (Paraguai); Corumbá (Mato Grosso do Sul) – puerto Quijarro (Bolívia); Mundo Novo (Mato Grosso do Sul) – Salto Del Guaira (Paraguai); Paranhos – Ypejhú (Paraguai); Porto Murinho (Mato Grosso do Sul) – Capitán Carmelo (Paraguai); Ponta Porã (Mato Grosso do Sul) – Pedro Juan Caballero (Paraguai) (Brasil, 2016).

7. Junta Internacional de Fiscalización de Estupefacientes (JIFE).

Outros fluxos ilícitos estão consolidados no recorte de fronteira Brasil-Paraguai, como os tráficos de armas e munições, o contrabando de cigarros e a pirataria (Idesf, 2015).

No rol de estratégias utilizadas pela cadeia do tráfico e do contrabando estão as pequenas cidades fronteiriças, onde tais atividades são desenvolvidas, em sua maioria, por jovens que são arregimentados pelos criminosos. No jargão policial, são as “mulas”, pessoas contratadas que engolem cápsulas com drogas ou levam o produto em mochilas a pé por até 90 quilômetros dentro das matas; ou em compartimentos dentro de veículos, conhecidos como “mocós”; dentro de contêineres de carga, cuja fiscalização é prerrogativa da Receita Federal; e na própria roupa, calçados ou colados ao corpo.

O juiz federal Odilon de Oliveira, que trabalha no combate ao narcotráfico na fronteira do Mato Grosso do Sul, assevera que os grandes traficantes ficam com quase 100% de todo o lucro das atividades ilícitas. Ao exercício de pessoas que trabalham em toda a cadeia do crime, desde a plantação até a distribuição e fornecimento dos produtos ilícitos, cabem menos de 2% dos lucros dos crimes (informação verbal).⁸ De outro lado, o relatório do Global Commission on Drugs Policy, publicado em 2011, levanta que “a maioria das pessoas encarceradas por venda ou tráfico de drogas são ‘peixes pequenos’ na operação (frequentemente coagidas para transportar ou vender drogas), que podem ser facilmente substituídas sem que haja interrupção do fornecimento” (p. 16).

As disputas das organizações criminosas pelo território e pela manutenção dos fluxos ilícitos na fronteira sul-mato-grossense têm elevado a violência na região. Esses episódios têm sido acompanhados de perto pela mídia, tanto que alguns veículos de comunicação afirmam que em Pedro Juan Caballero encontram-se instaladas as principais facções criminosas que operam no Brasil: o comando vermelho (CV) e o Primeiro Comando da Capital (PCC), e que as disputas instauradas tem inferido na quantidade de mortes violentas, comumente por armas de fogo e pelo disseminado emprego de armas de grosso calibre.

Sobre a violência na região de fronteira de Brasil-Paraguai, em entrevista ao Programa Ponto de Vista,⁹ o delegado Regional de Dourados-MS, Lupercio Degeroti, ressaltou a influência do narcotráfico na região e seus reflexos nas cidades situadas nas rotas de escoamento, como Dourados (MS), e para outras cidades brasileiras. Para o entrevistado, está em curso na conurbação de Pedro Juan Caballero – Ponta Porá, um processo de mexicanização,¹⁰ onde facções criminosas estão dominando esses pontos da fronteira e que, aliado a esse processo, está o encolhimento do Estado na área de segurança pública de nível federal. Para o entrevistado, essa situação acaba sobrecarregando os órgãos estaduais de segurança e fortalecendo a difusão do crime na região. A partir desses fatos, para o delegado, onde o Estado se faz ausente, o crime fica mais forte.

No mesmo debate, outro entrevistado, Ângelo Magno Lins do Nascimento, membro da Comissão dos Advogados Criminalistas da OAB-MS, esclarece que o contexto atual da organização do grupo criminoso no recorte da fronteira de Ponta Porá, deve-se aos primeiros integrantes do PCC radicarem-se em Pedro Juan Caballero, a fim de evitar possíveis prisões em São Paulo.

8. Primeira Jornada Acadêmica de Direito da UFMS, em Corumbá (MS), em 28 de setembro de 2012.

9. Rádio Coração, Programa Ponto de Vista, com o tema: *Narcotráfico – Violência urbana na fronteira Paraguai e Brasil* (Semana Internacional de Combate às Drogas), em 25 de junho de 2016.

10. Guerra entre diferentes gangues comandadas por narcotraficantes na fronteira do México com os Estados Unidos (principal destino das drogas ilícitas, sobretudo da cocaína e pasta base de cocaína), onde grupos rivais lutam pela ocupação e pela expansão de suas zonas de influência.

E que, com o passar do tempo, o PCC percebeu que poderia auferir maiores lucros com o domínio do tráfico na região. Para o entrevistado, as autoridades de segurança da região têm confirmado a presença de membros do PCC nas ações criminosas em Pedro Juan Caballero e Ponta Porá.

Para o delegado Lupercio Degeroti, há na região uma clara tomada de poder por um novo grupo criminoso. Entre os fatores que evidenciam o processo em curso, está a quantidade de encarcerados da facção paulista PCC em Dourados. Para ele, o Mato Grosso do Sul e o Paraná são os locais onde esse grupo criminoso encontra-se mais fortalecido, depois do Estado sede do grupo.

Os dados do Ministério da Justiça (MJ) são factíveis da informação do espraiamento do PCC pelo território nacional. Para o MJ, dos 6 mil integrantes do PCC presos em 2013, 626 encontravam-se encarcerados no estado do Paraná e 588 no Mato Grosso do Sul. Este último “ocupa essa posição na geografia do PCC em razão de sua importância como rota de passagem da droga que vem do Paraguai e da Bolívia para o estado de São Paulo...” (Jornal o Estado de São Paulo, 2013, p. 15). Para as autoridades de segurança entrevistadas no programa citado, a dispersão de presos, oriundos da facção paulista para as demais unidades da Federação, descentraliza as ações criminosas para alguns pontos do território, pois os criminosos levam consigo, por meio de suas famílias e de membros de seu grupo, instrumentos e meios para a prática de crimes na região onde estão se fixando. A mobilidade espacial desses grupos amplia o rol de crimes, sobretudo dos homicídios, que é a prática mais comum de domínio do território pelos grupos criminosos.

3 DISTRIBUIÇÃO DAS TAXAS DE HOMICÍDIO NA FRONTEIRA SUL-MATO-GROSSENSE

No que tange à distribuição das taxas de homicídios no Brasil em 2014, o Centro-Oeste não está incluído entre as taxas de homicídios mais elevadas, como evidenciado na tabela 1.

TABELA 1
Taxas de homicídios das regiões brasileiras (2014)
(Em %)

Taxas de homicídios	
Região Nordeste	33,76
Região Norte	31,09
Região Centro-Oeste	26,26
Região Sudeste	16,91
Sul	14,36

Fonte: Brasil, 2015.

Conforme evidencia a tabela 1, a taxa de homicídio da região Centro-Oeste ocupa a posição média entre as regiões brasileiras. Quando analisadas as taxas de homicídios da região Centro-Oeste, o estado do Mato Grosso do Sul apresenta as menores taxas de homicídios de dentro do conjunto, sendo: Mato Grosso do Sul com 17,7%; Distrito Federal com 21,3%; Goiás com 24,1% e Mato Grosso com 39,6% (Brasil, 2015). Quando verificados os homicídios nas capitais dos estados da região Centro-Oeste, a capital do Mato Grosso do Sul apresenta a menor taxa do conjunto, tanto que em Campo Grande morreram 11,5 pessoas a cada 100 mil habitantes (Brasil, 2015).

O número total de homicídios auferido pelo estado do Mato Grosso do Sul, confronta-se com as taxas de homicídios dos municípios fronteiriços, distribuídos na tabela 2.

TABELA 2

Taxas de homicídios nos municípios da fronteira do Mato Grosso do Sul (2010-2014)

(Em %)

Municípios	Taxas de homicídios				
	2010	2011	2012	2013	2014
Ponta Porã	53,93	36,63	52,22	42,99	63,05
Coronel Sapucaia	71,10	77,68	98,22	89	135,15
Paranhos	32,39	47,95	18,36	38,10	24,45
Bela vista	Sem dados	30,11	25,65	29,30	38,90
Corumbá	27,96	32,59	27,64	23,29	30,92
Mundo Novo	23,47	34,99	69,56	28,32	17,75
Porto Murtinho	13,01	38,63	31,88	18,56	39,15

Fonte: Datasus – Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM). (Acesso em: 10 set. 2016).
Elaboração da autora.

Como evidencia a tabela 2, as taxas de homicídios dos municípios fronteiriços apresentaram significativas alterações entre si no intervalo elencado. Entre os fatores que influenciaram nas alterações das taxas de homicídio, está o movimento dos fluxos e dos interesses dos criminosos no domínio por determinadas rotas no recorte da fronteira internacional. Para as autoridades de segurança, a mobilidade por diferentes rotas é uma das estratégias dos criminosos para driblar as forças de segurança.

Dos municípios relacionados na tabela 2, Coronel Sapucaia destaca-se pelas altas taxas de homicídios no período em que ocorreu crescimento contínuo e ininterrupto deles. Para exemplificar o quadro da violência em Coronel Sapucaia, pode ser observado o número de homicídios ocorridos em Coronel Sapucaia e Iguatemi/MS, municípios localizados na mesma microrregião geográfica. Enquanto em Coronel Sapucaia foram 19 óbitos para uma população de 14.064 (IBGE, 2010), em Iguatemi (MS), obteve-se apenas um óbito por agressão externa (Datasus, 2014) para uma população de 14.875 (IBGE, 2010). Os dados de homicídio de Coronel Sapucaia continuam elevados quando comparados a grandes centros urbanos como: Campo Grande, com 11,5; Distrito Federal, com 21,3; e Goiânia, com 41,3 (Brasil, 2015). O levantamento do Idesf coloca que, “Em relação ao ‘Volume de Homicídios nas Cidades Gêmeas’, o de Coronel Sapucaia é o mais elevado do Brasil” (Idesf, 2015, p.10).

Por sua vez, no município de Ponta Porã, o cenário de crescimento de homicídios repete-se e o município apresentou ampliação em 2014 em relação a 2013, como evidenciado na tabela 2. Quando observados os dados da microrregião de Dourados, que abrange o município de Ponta Porã, a taxa de homicídio é de 35,5% (Ipea, 2016). No período de 2010-2014, foi observado que no município Ponta Porã ocorreram significativas oscilações na taxa de homicídios como mostra a distribuição dos dados na tabela 2.

Cabe ressaltar que, entre os fatores que tem influenciado na propagação da violência em Ponta Porã, está a disputa das facções criminosas pelo domínio dos fluxos ilícitos transfronteiriços. Segundo o delegado Lupercio Degeroti,¹¹ essas condições são alavancadas, dado que Pedro Juan Caballero configura-se como base do crime organizado na conexão Brasil-Paraguai.

11. Rádio Coração, Programa Ponto de Vista, com o tema: *Narcotráfico – Violência urbana na fronteira Paraguai e Brasil* (semana Internacional de combate as drogas), que foi ao ar em 25 de junho de 2016.

Há pelo menos um ano as duas cidades enfrentam os efeitos da matança, que vitimou até um influente político da região, o ex-deputado federal e ex-prefeito Oscar Goldoni, morto no dia 15 de setembro do ano passado e até agora o crime continua sem solução (Campo Grande News, 2016).

Na observação dos contrastes na distribuição dos dados na tabela 2, as taxas de homicídios dos municípios de Ponta Porã, Coronel Sapucaia e Mundo Novo chamaram atenção no ano de 2012 em relação a outros períodos da série. Sendo que, em 2012, as taxas de homicídios corresponderam a: 52,22%; 98,22% e 69,56%, respectivamente. Entretanto, em 2013, os municípios reduziram suas taxas de homicídios para: 42,89%; 89% e 28,32%, respectivamente.

Observa-se que a redução nos dados de homicídios em 2013 vem ao encontro do acirramento de atividades das forças de segurança com o fim de barrar os fluxos ilícitos transfronteiriços, como as operações Ágata¹² e Sentinela.¹³ Por outro lado, no mesmo período, ocorreu um aumento nas taxas de homicídio nos municípios de Bela Vista e Paranhos. Já em 2014, houve um tensionamento na ocorrência de homicídios no recorte da fronteira internacional, e os únicos municípios que conseguiram redução nos homicídios foram Mundo Novo e Paranhos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entre os aspectos a serem considerados no levantamento, cabe ressaltar que o espaço da fronteira tem destaque nos discursos políticos. Observa-se, também, que a fronteira sul-americana tem sido o lócus privilegiado para o direcionamento dos discursos acerca do processo de integração regional. No entanto, apesar da criação e do aperfeiçoamento de instrumentos e ações de controle do Estado,¹⁴ temos observado dentro de nossa pesquisa que a atenção do legislativo para as temáticas fronteiriças tem foco na segurança e na defesa. Entretanto, há necessidade de considerar as especificidades das fronteiras brasileiras e das demandas de outras ações, além das de repressão e controle dos fluxos ilícitos estabelecidos e dos rebatimentos da violência na população fronteiriça.

Os dados apontaram que violência tem se destacado nesse recorte da fronteira, dinamizadas pelas redes criminosas, cujo intuito aporta-se em assegurar o domínio territorial de determinados pontos, por meio do emprego da força, repercute em altas taxas de homicídios nos municípios fronteiriços. E que o interesse dos grupos criminosos nesse recorte do território deve-se ao domínio dos fluxos ilícitos como: tráfico de entorpecentes, armas de fogo e munições, contrabando, entre outras atividades ilícitas, altamente lucrativas. Particularmente, o tráfico de entorpecentes tem um componente espacial importante, pois sua repercussão não é mais restrita a um país ou a uma cidade, atualmente configura-se em um problema globalizado.

Esses aspectos já apontam que é primordial a atenção do Estado nesse tema, sobretudo na formulação e no estabelecimento de políticas públicas voltadas para as especificidades das fronteiras. E que as ações propostas possam possibilitar a criação de maiores oportunidades de trabalho nos dois lados da fronteira, sobretudo com foco nos jovens que é o grupo mais vulnerável em frente das investidas das redes criminosas transnacionais.

12. Envolvem as forças armadas. As ações da Operação Ágata são episódicas e massivas (Prisma 67 – abr., maio e jun/2011).

13. Envolvem órgãos federais de Segurança (PF, PRF, Força Nacional). As ações da Operação Sentinela são contínuas (Ministério da Justiça e Segurança Pública).

14. Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron) – Exército; Política Nacional para a Faixa de Fronteira (PNFF); Estratégia Nacional de Fronteira (Enafron), 2011; Fundo Nacional Antidrogas (Funad); Programa Calha Norte (1985) e outros.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Executiva. DATASUS. **Óbitospor causa externa – Brasil**. [s. d.]. Disponível em: <<http://migre.me/wCApX>>. Acesso em: 21 set. 2016.
- _____. **Diagnóstico dos homicídios no Brasil**: subsídios para o pacto nacional pela redução de homicídios. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2015a.
- _____. Tribunal de Contas da União. Acórdão nº 2.252/2015 – Plenário. **Avaliação de governança de políticas públicas, fortalecimento da faixa de fronteira, análise sistêmica das oportunidades de melhoria constatadas e recomendações aos órgãos responsáveis**. Brasília: TCU, 2015b. Disponível em: <goo.gl/Cl6Fff>. Acesso em: 6 jun. 2016.
- FREITAS, H. Sob onda de violência, cidades organizam passeata da paz dia 25. **Campo Grande News**, 21 jun. 2016. Campo Grande, 2016. Disponível em: <goo.gl/zLjAJt>. Acesso em: 25 set. 2016.
- GODOY, M. Maior investigação da história do crime organizado denuncia 175 PCC. **O Estado de S. Paulo**, edição 11 out. 2013. São Paulo: Caderno Metrópole, p. 15.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em: <goo.gl/aKtNsS>. Acesso em: 21 de set. 2016.
- IDESF – INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DE FRONTEIRAS. **Rotas do crime**: as encruzilhadas do contrabando. Disponível em: <goo.gl/ol4hYI>. Acesso em: 12 out. 2016.
- IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Atlas da Violência 2016**. Brasília: Ipea, 2016. Disponível em: <goo.gl/5L0HJQ>. Acesso em: 12 de set. 2016.
- MINAYO, M. C. S. Inequality, violence, and ecology in Brazil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 10, n. 2, Rio de Janeiro, 1994.
- NAÇÕES UNIDAS. Informe de La Junta Internacional de Fiscalización de Estupefacientes correspondiente a 2013. **Junta Internacional de Fiscalización de Estupefacientes**. Naciones Unidas. Nueva York, 2014.
- Relatório da Comissão Global de Políticas sobre Drogas (Junho de 2011). **Guerra às Drogas**. Disponível em: <goo.gl/RLiCW9>. Acesso em: 20 set. 2016.
- TURNER, F. J. **The significance of the frontier in American history**. Rereading Frederick Turner. New Heaven; Londres: Yale University Press, 1999.